

In Memoriam

A vida só é possível reinventada¹

Sandra Stoll
(UFPR)

Faltava um mês para seu aniversário. Sem promessas, sem despedidas, Rosângela Digiovani – Zanza como era carinhosamente conhecida – seguiu o tempo, virou a página da vida. Me senti roubada. Um ano depois, ensaiando essas linhas, encontrei em Borges uma forma de redefinir a perda: “senti (...) a tristeza de compreender que somos apenas um sonho”.

Penso que talvez tenha sido essa sua intenção: alimentar o sonho permitindo que a saudade se transforme em reencontro através de sensações e sentimentos e, principalmente, do mergulhar na lembrança das estórias que ela contava magistralmente, com detalhes que lembram a delicadeza dos desenhos que se fazem e refazem nos movimentos de um caleidoscópio. Arapongas, onde ela nasceu, e São Paulo, minha cidade de origem, onde ela também tinha familiares, eram os principais cenários de nossas intermináveis conversas pouco depois que me mudei para Curitiba em meados dos anos 80. À época trabalhávamos juntas no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Dos cafés de final de tarde desse tempo é do que mais tenho saudades. Também das idas ao cinema, que estimulavam outras tantas conversas. Eu acreditava, como vira em alguns dos filmes que assistimos juntas, que esse tipo de convivência se estenderia até que ficassemos velhinhas, de cabelos brancos.

A Unicamp, onde fizemos o mestrado entre o final dos anos 1970/início dos anos 1980, foi o ponto de encontro. Peter Fry, nosso orientador, tornou-se uma importante fonte de inspiração. Inúmeras vezes foi ele a estrela-guia de cerca de duas décadas de experiências, conquistas e desafios enfrentados no dia a dia da Universidade Federal do Paraná. Nossos temas de pesquisa – família/relações de gênero e religião –, poderiam ter resultado num projeto de pesquisa comum, cogitamos sobre isso inúmeras vezes, mas não aconteceu. Ainda assim mantivemos um fluxo constante de trocas, de forma que além de uma grande amiga, Zanza foi uma parceira importante. Como eu, seus alunos

e orientandos foram brindados com sua inteligência e sagacidade. Excelente ouvinte, ela frequentemente surpreendia, chamando atenção para pequenos detalhes, os quais, sob seu olhar, acabavam transformados em novas janelas para ver o mundo.

Conciliadora no trato das relações institucionais, Rosângela fez dos conflitos seu principal objeto de inquietação investigativa – em especial aqueles envolvendo o âmbito da esfera privada cujas controvérsias encenam debates candentes na esfera pública. Sua escolha recaiu sobre temas polêmicos: primeiro o aborto, objeto de sua dissertação de mestrado (1983); no doutorado (2003) ela se debruçou sobre o divórcio, tema cujos contornos são construídos a partir dos conflitos políticos e estratégias de negociação emergentes no processo de redefinição legal das relações conjugais e familiares dos meados dos anos 70 aos anos 90 do século passado no Brasil.

Sua dissertação de mestrado sobre o aborto foi pioneira nos estudos do tema. Originalidade que tem ainda o acréscimo do foco de sua investigação. Como explicita a própria autora num artigo recente, “as pesquisas sobre o aborto tendem a privilegiar a análise dos discursos e práticas dos principais agentes sociais em confronto: a Igreja Católica, o movimento feminista, as instâncias de produção dos discursos jurídico e médico. As mulheres que viveram a experiência do aborto (no entanto) raramente integram o cenário dessa discussão” (Digiovani 2008: 2). A empreitada foi assumida por Rosângela por meio de refinada produção etnográfica: utilizando o método da reconstrução biográfica, a dissertação se organiza em torno de um corpus de vinte e cinco entrevistas realizadas com mulheres da classe média e das classes populares, cujas narrativas sobre a experiência do aborto são reconstruídas a partir da articulação das noções de *drama social* de Victor Turner (1974) e de *projeto de vida* de Gilberto Velho (1981). As categorias sociológicas propostas para qualificar a amostra – classe social, *status* civil e faixa etária – ganham vida por meio da reconstrução de casos entrelaçados, ou seja, um relato “puxa” o outro. O resultado da análise deve ter gerado surpresas, especialmente entre as feministas: sem referência, na maioria dos casos, às moralidades discursivas em *débâcle* em torno do tema, as mulheres que contam suas experiências do aborto evidenciam, para além das diferenças sociológicas definidas *a priori*, a partilha de uma ideologia conservadora “de família”.

Duas décadas mais tarde esse tema – família – reaparece como tema da tese de doutorado de Rosângela, abordado a partir de outro ponto disruptivo: o divórcio. Tomando-se os debates parlamentares e no campo do Direito como contextos de formulação e disputa entre distintas concepções de família e prescrições da conjugalidade, são destacados três marcos temporais: o Código Civil de 1916; o debate parlamentar e a promulgação da Lei do Divórcio em 1977 e, por fim, a Constituição de 1988, na qual se pauta o Novo Código Civil (promulgado em 2001), o qual, ao reconhecer “modelos plurais de família”, abriu caminho, por sua vez, à apresentação do projeto de reconhecimento legal da “parceria civil” entre pessoas do mesmo sexo. Este último não é alcançado pela periodização proposta nessa pesquisa, mas o debate do tema faz parte do contexto investigado².

Pensar como mudanças recentes nas práticas conjugais e familiares analisadas na literatura antropológica sobre família foram registradas nos processos de separação conjugal é a questão que norteia a construção do universo de pesquisa, constituído por uma amostra de trezentos e quarenta e quatro processos, vinte e cinco dos quais foram destacados para análise em profundidade. Recobrando um período de tempo relativamente curto – 1976 a 1995 –, esses processos ilustram como algumas das mudanças recentes observadas nas práticas conjugais e nas relações familiares são interpretadas e negociadas na prática jurídica.

Partindo do mesmo referencial teórico do mestrado – a noção de drama social – sustenta a autora que as relações matrimoniais se organizam a partir de duas lógicas de relações, evidenciadas no momento de ruptura. Nas suas palavras: “as narrativas jurídicas sobre desavenças conjugais enfatizam a família como sendo lugar de confiança e troca desinteressada, com o rompimento revela-se a dimensão contratual do casamento civil (...): a reciprocidade rompida cede lugar à lógica do mercado e do contrato” (Digiovani 2003:105). Regido por essa última, o ritual de separação conjugal corresponde ao momento em que se redefinem as obrigações do casal, assim como a própria família, dando lugar ao que a autora denomina “família recontratada”.

O universo pesquisado envolve pessoas das classes média, alta e, também, das classes populares, critério sociológico que ao longo do trabalho se revela pouco relevante como fator de distinção no que se refere às motivações para a separação litigiosa. Tal como no estudo anterior, a noção de *projeto* – mais precisamente o embate entre projetos individuais e familiar – ganha relevância como matriz interpretativa, permitindo à autora relativizar certas dualidades operadas pela literatura antropológica brasileira na expectativa de caracterização de diferenças entre as classes médias e alta e as chamadas classes populares urbanas no que se refere a modelos de orientação das práticas conjugais e familiares.

As controvérsias que articulam as experiências sociais constitutivas dos temas pesquisados por Rosângela sinalizam a vitalidade do debate político dos anos 1980/1990, chamando atenção ao protagonismo de determinados grupos/agentes sociais (o movimento feminista, por exemplo) na elaboração e negociação de tais questões. Cenário em que, controversamente, sobressai também o papel da religião cristã, em torno de cujos valores se aglutinaram as vertentes conservadoras dos discursos médico, jurídico e político. Nas últimas décadas essa vertente conquistou novas vozes e novos palcos, assumindo, sob a liderança da chamada “bancada evangélica”, protagonismo no debate político de temas polêmicos, envolvendo de modo geral questões de ordem ética e moral como a questão do aborto e a dos direitos sexuais e civis, a questão da homossexualidade, além da defesa da (re)definição legal de família em moldes “tradicionais”, a reinstauração do ensino religioso nas escolas públicas e a restrição a pesquisas científicas e procedimentos médicos envolvendo questões relativas às noções de vida e morte, dentre outros. A análise dessa agenda política e da trajetória de grupos e lideranças religiosas que a sustentam têm sido objeto de inúmeros trabalhos recentes. Pouco se sabe, porém, como essa agenda repercute na sociedade brasileira. As sementes lançadas pelas pesquisas de Rosângela Digiovani parecem ser “boas para pensar” a continuidade do debate.

A releitura de seus textos me trouxe de volta sua voz, seu gosto pela literatura, a delicadeza e sagacidade que esta lhe inspirava no trato de dramas da vida cotidiana. Faltava um mês para seu aniversário. Sobram horas, dias e meses para lamentar a ausência da querida amiga.

Com admiração e saudades,
Sandra J. Stoll.

Sandra Jacqueline Stoll é Professora Doutora em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

NOTAS

1. O título reproduz a inscrição de um móbile que ganhei de Rosângela Digiovanni, a quem presto aqui minha homenagem.
2. Apresentado em 1995 pela então deputada federal Marta Suplicy, esse projeto de lei tramitou no Congresso Nacional desde 1997..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Jorge Luis. 2013. "The unending gift". *Nova Antologia Pessoal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DIGIOVANI, Rosângela. 1983. *Projetos de vida: um estudo de representações femininas do aborto*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- _____. 2003. *Rasuras nos álbuns de família. Um estudo sobre separações conjugais em processos jurídicos*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- _____. 2008. "Entre mulheres: considerações sobre aborto, religião e projetos de vida". In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, violência e poder*. Florianópolis.
- TURNER, Victor. 1975. *Dramas, fields and metaphor. Symbolic action in human society*. New York: Cornell University Press.
- VELHO, Gilberto. 1981. *Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.